



## **ALERTA**

### **AMEAÇA AO PALÁCIO GUSTAVO CAPENEMA E ÀS INSTITUIÇÕES DE PATRIMÔNIO E CULTURA NO BRASIL**

No dia 13 de agosto de 2021 fomos surpreendidos com a notícia de que o governo federal do Brasil pretende colocar à venda um conjunto de mais de 2.000 imóveis localizados no Rio de Janeiro, alguns símbolos da arquitetura como o Edifício A Noite, primeiro arranha-céu da América do Sul em concreto armado e palco da Rádio Nacional, memória dos nossos meios de comunicação de massa. De forma mais surpreendente ainda, na lista consta o Palácio Gustavo Capanema, ocupado por uma série de instituições de cultura e educação. Inaugurado em 1943, o edifício com seus 16 andares é muito mais do que um marco fundamental da arquitetura moderna mundial. Ele é um marco civilizatório do país e de um projeto de nação a partir da educação e cultura. É também desde sua inauguração e hoje ainda, um polo fervilhante de cultura e sede de várias instituições historicamente associadas ao patrimônio e à cultura que serão definitivamente desalojadas dali caso a venda se concretize.

O Palácio Capanema foi construído entre 1937 e 1943 para ser a sede do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, um marco no processo de formação do Estado-Nacional brasileiro. O projeto do edifício deveria refletir ao mesmo tempo um novo Brasil culto, educado, saudável e integrado ao concerto das nações, mas atrelado a sua identidade, história e patrimônio. A política de patrimônio cultural brasileira, instituída na mesma época a partir da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, com sede nos oitavo e nono andares do edifício desde sua inauguração, está intrinsecamente associada a este edifício e ambos constituem parte de um mesmo projeto civilizacional.

Sob um risco original do arquiteto suíço Le Corbusier, uma equipe de arquitetos chefiada por Lucio Costa, dentre os quais participava um jovem Oscar Niemeyer, conferiu identidade própria ao projeto. São superlativas todas as qualidades do edifício. Murais e painéis de azulejo de Candido Portinari, Jardins de Roberto Burle Marx, escultura de Bruno Giorgi, primeiro edifício construído sob pilotis deixando o terreno livre para circulação, primeiro edifício com uma fachada totalmente envidraçada nessas proporções no mundo. Por tudo isso, a estrutura montada na época foi uma referência na América do Sul e edifício tornou-se um marco que influenciou significativamente os rumos do movimento moderno no Brasil e no mundo. A partir desse momento, a arquitetura moderna no Brasil se singularizou por atender à demanda do mercado governamental, fato que provocou seu reconhecimento internacional.

Mesmo com a transferência da capital para Brasília em 1960, o edifício se manteve plenamente ocupado e desempenhando uma série de funções administrativas e culturais até hoje. Funcionam no edifício instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Fundação Palmares, Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) entre outras. Nele também estão sediados o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

do IPHAN e o Centro Lucio Costa, um centro de categoria II da UNESCO voltado para a formação e atendendo aos países da América Sul e Países Africanos de Língua Portuguesa. Possui acervos importantes, tombados como patrimônio, como a Biblioteca Noronha Santos e o Arquivo Central do IPHAN, arquivo com parte significativa da história da política de patrimônio cultural do Brasil, bastante consultado por profissionais e estudantes. As atividades culturais e educacionais, promovidas e mantidas por essas instituições recebem cerca de 42.000 visitantes por ano, sem contar o público que participa de atividades artísticas como as exposições e no auditório Gilberto Freyre, na sala Sidney Miller, assim como as excursões de estudantes e turistas que visitam o Salão Portinari e os jardins suspensos de Burle Marx.

Neste momento, o edifício passa pelo maior restauro de sua história, necessário após quase 80 anos de existência. Para isso, todas as instituições foram retiradas e instaladas provisoriamente em salas alugadas a um alto custo para o erário público, espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. O projeto de restauro, já bastante avançado e financiado com dinheiro público, prevê a manutenção das funções administrativas, culturais e educacionais iniciais do edifício e uma ampliação do seu uso público e de visitas, maior mesmo que o original. Vender o Palácio Capanema significaria o desmanche dessa estrutura fundamental para o Rio de Janeiro e o Brasil, além de transformar em permanente os gastos provisórios atualmente sendo feitos com aluguel em instalações muitas vezes inadequadas às funções administrativas e educacionais que aquelas instituições exercem. Mesmo que o novo proprietário tenha o compromisso de manter as qualidades arquitetônicas do prédio, alijá-lo de sua função para a qual foi construído, da qual seu caráter de abertura ao público e de fomentador e executor de políticas culturais é parte inseparável, representa um dano irreversível à cultura. O despejo de todas as instituições que de fato ocupam o prédio por mais de 80 anos e fazem dele um dos edifícios de maior vida cultural no Centro do Rio de Janeiro significa uma derrota impactante para a cultura não só no Brasil, como do mundo.

Por sua relevância, o edifício foi tombado e inscrito como patrimônio nacional em 1948 pouco tempo após sua inauguração. Em 1996 ele foi incluído na Lista Indicativa do Brasil para a Lista do Patrimônio Mundial, um primeiro passo necessário para sua inscrição em definitivo pela UNESCO. O restauro em curso faz parte dos preparativos para o encaminhamento de sua candidatura para inscrição. O ICOMOS-Brasil, como organização-não-governamental assessora da UNESCO para o Patrimônio Mundial tem o dever de alertar que além de suas características arquitetônicas e artísticas excepcionais e inegáveis, seu valor cultural está associado às funções para as quais foi idealizado e que ainda hoje exerce. Retirar do edifício sua função histórica para a qual foi projetado, ligada à política de cultura e educação no país comprometerá de forma irremediável características importantes para a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Critérios fundamentais para a inscrição, como autenticidade e integridade serão irremediavelmente afetados e isto poderá resultar em sua não inscrição em definitivo na Lista, acarretando mais este prejuízo de oportunidades para a cultura e economia no país, além de todos aqueles mencionados anteriormente.

Por tudo isto, conclamamos às autoridades competentes do país para uma conscientização acerca do papel fundamental que este bem desempenha e seu valor para o Rio de Janeiro, o Brasil e mundo. Conclamamos também à comunidade nacional e internacional a tomarem lugar numa campanha para que o Palácio Capanema siga desempenhando o seu papel fundamental para o qual foi concebido como um Palácio da Cultura.

ICOMOS-Brasil,

15 de agosto de 2021.